

Mudança do Código Florestal 'anistiou' 41 milhões de hectares

Estudo calculou área desmatada que foi isenta de restauração após alteração da lei, que completa cinco anos

Giovana Girardi

Em meio às discussões no Congresso sobre a redução das unidades de conservação no País, liberando mais áreas para exploração, um estudo mostra que o setor produtivo “ganhou” pelo menos 41 milhões de hectares de terras (o equivalente a 41 milhões campos de futebol) há cinco anos, quando foi modificada a principal lei que rege a proteção da natureza em áreas privadas, o Código Florestal.

Essa é a estimativa mais recente do tamanho da área que foi desmatada ilegalmente no passado, mas foi liberada da necessidade de restauração com a mudança da lei, segundo cálculos de pesquisadores do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflo) e da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq-USP), que serão divulgados hoje.

Estudo anterior feito por pesquisadores da Universidade Federal de Minas logo após aprovação da nova lei tinha sugerido que essa anistia poderia chegar a 29 milhões de hectares. A vantagem do novo trabalho é que ele conta com dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para compor a malha fundiária do País, melhorando a modelagem

PARA LEMBRAR

Restrições diminuíram

A Lei de Proteção da Vegetação Nativa, que alterou e substituiu o antigo Código Florestal, foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff em 25 de maio de 2012, depois de pelo menos três anos de discussões no Congresso e muita polêmica, o que selou a divisão entre ambientalistas e ruralistas.

Entre os itens mais polêmicos, o texto criou mecanismos que perdoaram alguns desmatamentos ocorridos até julho de 2008. Com isso, essas áreas ficaram dispensadas da necessidade de recuperação. Todos os imóveis menores que 4 módulos fiscais, por exemplo, foram dispensados de recuperar reserva legal.

A lei também modificou o tamanho das Áreas de Preservação Permanente hídricas, de acordo com o tamanho das propriedades, reduzindo sua proteção.

usada para medir o tamanho do passivo no Brasil, ou seja, quanto foi desmatado ilegalmente e precisa ser recuperado.

O CAR é um instrumento criado na nova lei, que estabelece que todos os proprietários de

terra têm de registrar seus imóveis, revelando quanto da área é ocupado pela produção e quanto é preservado em Reserva Legal (RL) e Área de Preservação Permanente (APP), como nascentes e margens de rio.

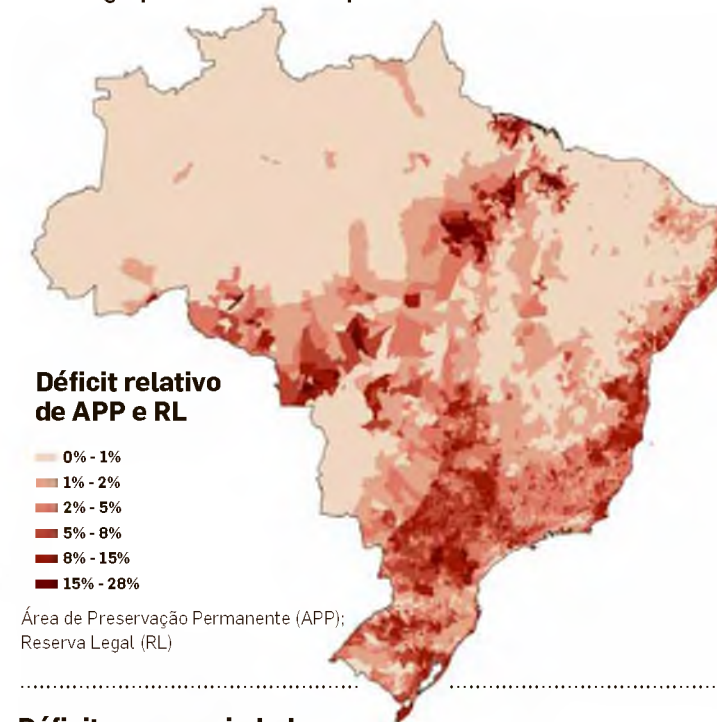
“Com as análises, percebemos que a anistia, ou seja, a consolidação de áreas que tinham sido desmatadas até 2008, foi muito maior. São 36,5 milhões de hectares (Mha) de reserva legal e 4,5 Mha de APP. Numa taca da só da revisão da lei, a agricultura ganhou 41 milhões de hectares que, de outro modo, deveriam ser florestas”, afirma Luis Fernando Guedes Pinto, gerente de certificação agrícola do Imaflo e um dos autores. “É importante ter essa perspectiva no momento em que se discute redução de unidade de conservação”, complementa.

Passivo. O estudo aponta que o déficit atual de vegetação nativa é de 19 milhões de ha, sendo 11 Mha de RL e 8 Mha de APP. Essas sim são áreas que agora precisam ser recuperadas. E inova ao mostrar como se dá a destruição desse passivo ambiental entre as propriedades. Dos quase 2 milhões de imóveis que estão em desacordo com o que estabelece a nova lei, 82% são pequenas propriedades, com menos de quatro módulos fiscais (MFs), 12% são médias (entre 4 e 15 MFs) e 6% são grandes (mais de 15 MFs).

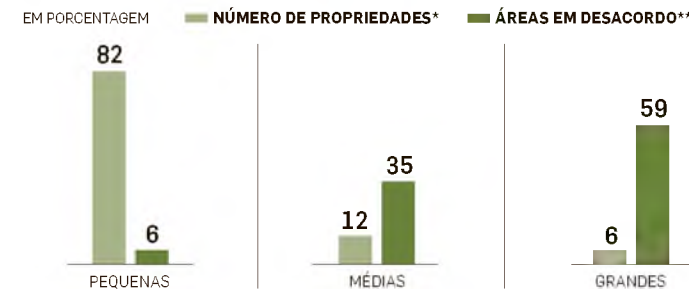
Mas, quando se olha o total da área que está em não conformidade com a lei (os 19 milhões de

LEI DESCUMPRIDA

● Estudo revela onde estão os passivos ambientais (áreas desmatadas além do permitido pelo Código Florestal) em relação à área agropecuária do município



Déficit por propriedade



*Das cerca de 1,9 milhão de propriedades que estão em desacordo com a exigência da lei

**Considerando a área total que está em desacordo com a lei (19 milhões de hectares)

FONTE: ATLAS AGROPECUÁRIO - IMAFLORA / ESALQ

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

hectares), esse quadro se inverte: 59% estão nas grandes propriedades, 35% nas médias e 6% nas pequenas. Essa análise é útil, defendem os autores, para direcionar as ações de regularização ambiental daqui para a frente.

“É uma enorme concentração da dívida em poucos imóveis grandes. Então é possível direcionar a estratégia de restauração, com monitoramento, para eles. Isso vai trazer um resultado rápido para a retomada dos servi-

ços ambientais e redução de emissões de gases de efeito estufa”, diz Gerd Sparovek, da Esalq. Segundo os autores, a boa notícia é que a oferta de ativos, áreas em que está sobrando floresta, é cinco vezes maior que o déficit.